



A FERAESP mantém canal aberto aos empregados assalariados rurais do estado de São Paulo e sindicatos.
Viu ou vivenciou alguma irregularidade no ambiente de trabalho ?

Denuncie em nossos canais de comunicação:
feraesp@feraesp.org.br
WhatsApp: (14) 99873-9557 ou em seu Sindicato.

A federação e os sindicatos irão orienta-los(a).

Destaque

Moeda: o valor invisível da confiança (pag. 4)

Siga as redes sociais da FERAESP



Soberania Nacional Não Se Negocia: Defender a Soberania, é um Ato Patriota!



A soberania nacional é um princípio que deveria ser inegociável. Ela garante ao povo brasileiro o direito de decidir, sem interferências externas, os rumos políticos, econômicos e sociais do país. No entanto, nos últimos meses, o Brasil tem sido alvo de pressões e tentativas de manipulação vindas de fora — e uma das mais preocupantes veio diretamente dos Estados Unidos, pelas mãos do presidente Donald Trump (Republicanos), através das taxas de importações sobre produtos brasileiros, visando interferir nas decisões do Supremo Tribunal Federal (STF), para que, inocente seu aliado Jair Bolsonaro das acusações, já comprovadas, de tentativa de golpe de Estado.

SISTEMA DE ARRECADAÇÃO FERAESP

Sistema para emissão de guias sindicais para atender os sindicatos.

No qual, podem ser emitidas a Contribuição sindical, Confederativa, Assistencial e Mensalidade Social.

O sistema é gratuito para os sindicatos da categoria, através do site: www.feraesp.org.br no link “Sistema de geração de Guias”.

Para maiores esclarecimentos contatar o setor de arrecadação, através do e-mail: tesouraria@feraesp.org.br ou pelo telefone (14) 3879-5198.

INFORMATIVO FERAESP

EXPEDIENTE: Órgão informativo mensal da FERAESP - Diretoria Executiva
Federação dos Empregados Rurais Assalariados no Estado de São Paulo.

CNPJ: 58.998.915/0001-18

Rua Azarias Leite, 16-30. Vila Mesquita - CEP: 17014-400. Bauru/SP

Telefone: (14) 3879-5198 - WhatsApp (14) 99873-9557 - E-mail: feraesp@feraesp.org.br

Área Técnica: Cristiano Augusto Galdino - Corecon - 35802/SP

Esses fatos são graves. Representam uma afronta direta à nossa soberania, porque tentam transformar o Brasil em uma peça no tabuleiro geopolítico de outra potência. Essa aliança informal entre figuras autoritárias dos dois países ameaçou, e ainda ameaça, a estabilidade democrática brasileira.

Defender a soberania nacional, neste contexto, não é apenas repetir um slogan patriótico. É uma tarefa urgente e concreta. Significa proteger nossas instituições, combater a desinformação, fortalecer a Justiça Eleitoral e denunciar qualquer tentativa de ingerência, seja de Trump, da extrema direita internacional ou de qualquer outro ator externo que não respeite nossa independência.

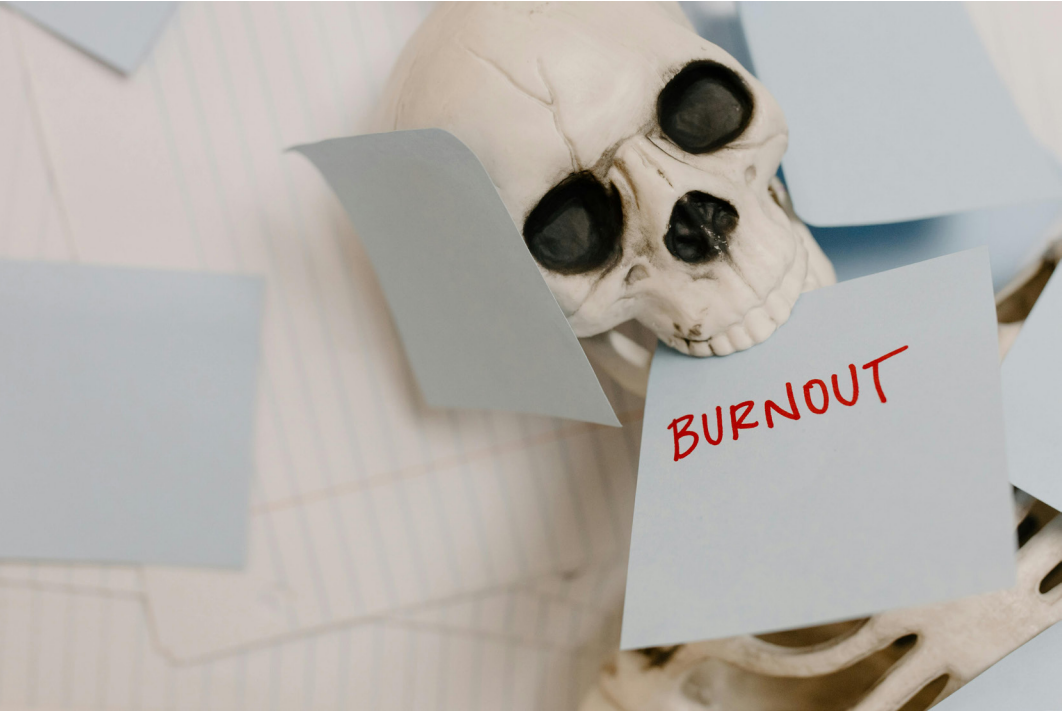
O Brasil é um país que já sofreu demais com intervenções estrangeiras disfarçadas de “ajuda”. Desde os tempos do colonialismo até os acordos econômicos desequilibrados impostos no século XX, sempre que renunciávamos à nossa soberania, pagamos caro: com desemprego, com desigualdade, com autoritarismo.

Hoje, a ameaça não vem de tanques, mas de redes sociais, fake news e acordos entre elites políticas. E é por isso que a defesa da soberania deve ser uma causa de todos.

O povo brasileiro tem o direito de escolher seus líderes, decidir seu modelo de desenvolvimento e construir seu próprio futuro. Sem tutela, sem pressões externas, sem golpes disfarçados de “ajustes democráticos”.

Que fique claro: não há democracia plena sem soberania. E não há soberania quando se permite que interesses estrangeiros ditem os rumos do país.

Trabalho e Saúde Mental: uma pauta essencial para toda a sociedade



O trabalho é parte central da vida em sociedade. Ele organiza o tempo, estrutura a rotina, garante a renda e, muitas vezes, confere identidade. No entanto, nas últimas décadas, tem crescido o debate sobre os impactos negativos que o trabalho pode causar à saúde mental dos trabalhadores e trabalhadoras. Quando excessivo, mal remunerado, precarizado ou marcado por relações abusivas, o trabalho pode se tornar fonte de sofrimento psíquico, levando a quadros como ansiedade, depressão, síndrome de burnout e outras doenças ocupacionais.

O avanço do capitalismo moderno e as mudanças no mundo do trabalho — como a intensificação de metas, o aumento da competitividade, a flexibilização de contratos e a insegurança quanto ao futuro — têm contribuído para o aumento do adoecimento psicológico nas mais diversas profissões. Segundo dados da Organização Mundial da Saúde (OMS), cerca de 15% dos adultos em idade produtiva sofrem de algum transtorno mental relacionado ao trabalho. No Brasil, o cenário é ainda mais preocupante: o país ocupa uma das primeiras posições em casos de transtornos de ansiedade e depressão no ambiente de trabalho.

A síndrome de burnout, por exemplo — caracterizada pelo esgotamento físico e emocional relacionado ao trabalho — foi reconhecida oficialmente pela OMS como fenômeno ocupacional em 2022. Trata-se de um estado de exaustão crônica, despersonalização e ineficácia no trabalho, que afeta especialmente profissionais da saúde, educação, segurança pública e setores com alta carga de estresse e responsabilidades.

Outro fator preocupante é a falta de equilíbrio entre vida pessoal e profissional. A cultura da hiperprodutividade, impulsionada pelas tecnologias digitais, tem eliminado os limites entre o tempo de descanso e o tempo de trabalho. Muitos profissionais permanecem conectados mesmo fora do expediente, respondendo e-mails, atendendo demandas e mantendo-se disponíveis, o que compromete a saúde mental a longo prazo. A pressão para alcançar metas, somada ao medo constante de demissão ou substituição, cria um ambiente propício ao adoecimento psíquico.

No meio rural, os desafios são ainda maiores. Os trabalhadores e trabalhadoras do campo enfrentam jornadas extensas, atividades exaustivas sob sol e chuva, baixos salários, escassa proteção social e, em muitos casos, isolamento geográfico e emocional. O sofrimento psíquico dos empregados rurais é muitas vezes invisibilizado, tanto pela falta de acesso a serviços de saúde mental quanto pela naturalização da dureza do trabalho no campo. Além disso, o medo de retaliação por parte dos empregadores, a informalidade e o silêncio diante de situações de violência ou exploração contribuem para o agravamento dos quadros de ansiedade, depressão e estresse. É fundamental que políticas públicas específicas considerem essa realidade e ampliem o cuidado psicossocial na zona rural.

Além disso, relações abusivas no ambiente de trabalho, como o assédio moral, têm sido cada vez mais denunciadas. São situações em que há humilhação, constrangimento ou manipulação, com o objetivo de controlar, isolar ou excluir o trabalhador. Esses episódios podem desencadear crises de autoestima, insônia, estresse pós-traumático e até pensamentos suicidas.

Por outro lado, ambientes de trabalho saudáveis e acolhedores promovem não apenas a produtividade, mas o bem-estar integral dos trabalhadores. Empresas e instituições que adotam políticas de cuidado com a saúde mental, como jornadas equilibradas, acompanhamento psicológico, canais de escuta e ações de prevenção ao assédio, tendem a apresentar menor rotatividade e maior engajamento de suas equipes.

É urgente que a sociedade, os empregadores e os governos compreendam que a saúde mental é parte indissociável da dignidade no trabalho. Valorizar o trabalho humano significa também garantir que ele não destrua a mente e o corpo de quem o realiza. Trabalhar não pode ser sinônimo de sofrimento.

A construção de um mundo do trabalho mais justo, humano e saudável é um desafio coletivo, inclusive de entidades sindicais.

Organização Mundial da Saúde (OMS). Mental Health in the Workplace. 2022.
Ministério da Saúde do Brasil. Saúde Mental e Trabalho. 2023.
DIEESE. O trabalho e o adoecimento psíquico: desafios contemporâneos. Nota Técnica, 2022.
Associação Brasileira de Psiquiatria (ABP). Saúde Mental e Ambiente de Trabalho, 2021.
Jornal da USP. Burnout: a exaustão no trabalho e seus impactos. 2023.
FIOCRUZ. Condições de saúde mental de trabalhadores rurais no Brasil, 2021.

Imigrantes no Campo Paulista



O campo paulista, tradicionalmente conhecido por sua força no agronegócio, tem se tornado também território de migração e diversidade cultural. Nos últimos anos, trabalhadores estrangeiros têm ocupado postos essenciais em diversas cadeias produtivas do meio rural de São Paulo. Vindos principalmente da América Latina e do Caribe, esses imigrantes vêm ao Brasil em busca de melhores condições de vida, mas enfrentam, muitas vezes, jornadas precárias e pouca visibilidade social.

Presença crescente no agro paulista

Dados do CAGED (Cadastro Geral de Empregados e Desempregados), mostra que em 2024, o mercado de trabalho dos assalariados rurais, teve movimentação de quase 800 estrangeiros exercendo atividades laborais nos diversos subsetores do agro. O número de estrangeiros no meio rural paulista vem aumentando, em 2023, eram 622 e em 2022, eram 466, especialmente nas regiões produtoras de cana-de-açúcar, citros, hortaliças e frutas.

Esses dados da RAIS, são para trabalhadores com carteira assinada, não há estatísticas específicas do trabalho informal, onde pode haver a maioria desses trabalhadores.

Segundo dados da RAIS (Relação Anual de Informações Sociais) e do Observatório das Migrações em São Paulo, os estrangeiros mais presentes no meio rural paulista são bolivianos, haitianos, paraguaios, venezuelanos, peruanos e colombianos.

Nacionalidades e funções no campo

- Bolivianos atuam principalmente no corte de cana-de-açúcar e nas lavouras de hortaliças e frutas. Muitos chegam ao estado por rotas migratórias estabelecidas e enfrentam condições de trabalho por vezes degradantes. Homens predominam nas tarefas pesadas, mas há crescente presença feminina, especialmente em estufas e colheitas manuais.
- Haitianos estão presentes nas regiões de citros e café, e, diferentemente de outros grupos, muitos possuem documentação regular via programas de refúgio. Sua inserção tem sido mais formalizada, com contratos temporários em usinas e cooperativas.
- Paraguaios participam ativamente da produção de frutas e hortaliças, com destaque para o interior paulista. Costumam trabalhar em pequenos estabelecimentos ou em redes de produção familiar, frequentemente com vínculos informais.
- Venezuelanos, peruanos e colombianos têm presença crescente, especialmente nas cadeias de floricultura, uvas, morango e tomate. Em geral, essas culturas empregam mais mulheres, tanto migrantes quanto brasileiras, em funções delicadas e mal remuneradas.

Trabalho duro, pouca proteção

Apesar da contribuição essencial desses trabalhadores para a economia rural de São Paulo, muitos imigrantes enfrentam a informalidade, salários baixos, ausência de direitos trabalhistas e dificuldades com o idioma. Há relatos de jornadas exaustivas, alojamentos precários e dependência de atravessadores, especialmente entre os recém-chegados.

Organizações sociais, sindicatos de empregados rurais e entidades como a FERAESP vêm denunciando essas práticas e exigindo mais fiscalização e políticas públicas específicas para imigrantes no campo.

Conclusão

As poucas estatísticas disponíveis sobre esses trabalhadores, possivelmente, não mostram a realidade desses trabalhadores na agropecuária paulista, os números podem ser muito maiores

Moeda: o valor invisível da confiança



Em tempos de inflação, desvalorização cambial e crises econômicas, uma pergunta essencial muitas vezes passa despercebida: o que é, de fato, uma moeda? Será apenas um pedaço de papel, uma sequência de números digitais ou uma reserva de valor? Na essência, a moeda é uma representação simbólica – e poderosa – da confiança que os cidadãos depositam em seu governo e nas instituições que o sustentam.

A moeda como construção social

Ao contrário do que muitos pensam, a moeda não tem valor intrínseco. Uma cédula de cem reais não vale mais do que o papel em que está impressa. O que a torna valiosa é o acordo coletivo, implícito, de que ela pode ser trocada por bens e serviços. Essa aceitação, porém, depende de algo muito mais abstrato: a estabilidade econômica, a previsibilidade política e o respeito às regras de um país. Desde que o padrão-ouro foi abandonado, a maioria das moedas do mundo passou a funcionar como moeda fiduciária — ou seja, elas não estão lastreadas em metais preciosos, mas sim na credibilidade do governo emissor. Isso significa que o real, o dólar ou o euro só têm valor porque confiamos que esses papéis serão aceitos amanhã, que seu poder de compra será minimamente preservado, e que o Estado não perderá o controle sobre a sua emissão.

A confiança como ativo invisível

Essa relação é tão determinante que, quando a confiança se rompe, o valor da moeda derrete. Países como Zimbábue, Venezuela ou Argentina oferecem exemplos dramáticos: quando a população começa a duvidar da capacidade do governo de controlar os gastos públicos, manter a inflação sob controle ou garantir estabilidade jurídica, a moeda local perde rapidamente seu poder de compra. A desvalorização cambial e o aumento do dólar paralelo nesses países não ocorrem por acaso – são sintomas diretos da erosão da confiança social

no sistema estatal.

Em contrapartida, países com instituições sólidas, transparência fiscal e política monetária previsível tendem a ver suas moedas valorizadas. O mundo inteiro, por exemplo, recorre ao dólar como reserva de valor, não por ser mais bonito ou raro, mas porque os Estados Unidos mantêm uma imagem de estabilidade e responsabilidade econômica — ainda que imperfeita.

O papel do Banco Central e da política

No Brasil, a confiança na moeda está diretamente ligada à atuação do Banco Central, à independência das instituições e à condução responsável da política econômica. Quando o governo fura o teto de gastos, interfere politicamente nas decisões técnicas, ou transmite sinais de instabilidade, o reflexo é imediato: o real se desvaloriza, os preços sobem e o poder de compra do trabalhador diminui. A credibilidade não se constrói com discursos, mas com consistência e previsibilidade. E o povo sente, no bolso e na prateleira, quando essa confiança é abalada.

Moeda e soberania

Há ainda um componente simbólico e político na moeda: ela é também um símbolo da soberania nacional. Quando um país perde o controle sobre sua própria moeda — seja por pressões externas ou por crises internas —, perde também parte de sua autonomia. Daí a importância de proteger, com seriedade, a estabilidade monetária como um patrimônio coletivo.

Conclusão

A moeda é muito mais do que um instrumento de troca. Ela é o espelho da relação entre o povo e o Estado. É o termômetro da estabilidade, o resultado da gestão pública e o reflexo direto da confiança coletiva.

Proteger o valor da moeda é, portanto, proteger a confiança nacional. E essa confiança só se mantém quando o governo é transparente, previsível e comprometido com o bem comum. Em tempos de incerteza, mais do que nunca, é preciso lembrar: uma moeda só vale o quanto se confia em quem a emite.